

## Os nacionalismos religiosos no Padroado português do Oriente

### *The Nationalism of the Missionaries at the service of the Portuguese Crown Patronage in Asia*

Teotónio R. de Souza<sup>1</sup>;  
<sup>1</sup>E-mail: teodesouza@gmail.com  
*Professor Catedrático  
aposentado da Universidade  
Lusófona (Lisboa) | Diretor-  
fundador do Xavier Centre of  
Historical Research, Goa (1979-  
1994) | Diretor do Departamento  
de História, ULHT (1999-2014) |  
Sócio da Academia Portuguesa  
de História desde 1983*

**Resumo:** Este artigo procura apontar para os sentimentos e expressões nacionalistas dos missionários que serviram o Padroado português na Ásia. Nota-se que estes sentimentos e comportamentos eram mais notórios entre os missionários portugueses, mais do que entre os missionários de origem italiana, alemã e francesa. O estudo deixa em aberto as conclusões finais por requerem investigação mais aprofundada, mas traz evidência significativa para defender que os missionários portugueses manifestavam fortes sentimentos nacionalistas e defendiam os seus privilégios nacionais. Isto não se limita ao período da unificação das coroas na península ibérica durante 1580-1640, mas precede e continua até ao fim do colonialismo português na Ásia, confirmando assim que o Padroado sempre foi uma arma da expansão portuguesa na era dos Descobrimentos, e foi um instrumento da sobrevivência do colonialismo português.

**Palavras-chave:** Padroado, missionação, nacionalismo, cesaro-papismo, aculturação.

**Abstract:** This article seeks to point out to the nationalist feelings and expressions among the missionaries who served in Asia under the Portuguese Padroado. The cultural nationalism seems to have been stronger among the Portuguese missionaries as compared with the missionaries of Italian, German or French origin. The article leaves the final conclusions open to corroboration by further research, but provides documentary evidence to supports the view that the Portuguese missionaries manifested strong emotional feelings that favoured their national and cultural privileges and characteristics. The article extends the analysis to periods before and beyond the unification of Iberian crowns during 1580-1640, concluding thereby that the Portuguese cultural nationalism was not merely a defensive posture against the loss of its independence in Europe during that brief period. There is documentary evidence to confirm that the Padroado was a tool of Portuguese expansion in the era of Discoveries, and continued to be a tool of the survival of the Portuguese colonialism till its very end.

**Key-words:** Crown Patronage, missions, nationalism, caesaro-papism, acculturation.

Podemos apontar para o “constantinismo” do Estado Novo em tempos recentes com a Concordata e o Acordo Missionário de 1940 [<http://bit.ly/2JPgiLb>], mas a Igreja portuguesa, incluindo as Ordens Religiosas envolvidas na missão do Padroado português na Ásia, já desde os tempos dos Descobrimentos, manifestaram um nacionalismo cultural, tanto ou mais do que eu julgo ser saudável para os interesses missionários da Igreja universal.

Notava-se a diferença nos membros não-Portugueses das Ordens Religiosas que serviram o Padroado. Os italianos, os franceses, os alemães estavam mais abertos às culturas orientais e não sofriam de alto grau de nacionalismo cultural como os Portugueses.

Esta é uma hipótese para ser aprofundada, embora seja aqui abordada como uma afirmação. Para além de muitos outros nomes, temos três figuras paradigmáticas de Roberto de Nobili (Índia), Matteo Ricci (China) e Alexandre de Rhodes (Vietnam), que deixaram uma marca através de métodos inovadores de missão via aculturação, mesmo sendo esta uma estratégia duvidosa, que dificilmente podemos comparar com a encarnação cristã que procuravam difundir.

É conhecida a rivalidade tradicional entre os Portugueses e os Castelhanos, mas a animosidade manifestou-se também entre os Jesuítas após a união das coroas em 1580. Isto transparece nas cartas anuais e outros relatórios enviados à Roma. No caso do Padre Jerónimo Xavier, o neto-sobrinho de S. Francisco Xavier, houve quem não aprovasse a sua nomeação como prepósito da Casa Professa em Goa. O padre Cristóvão de Castro, um dos conselheiros<sup>1</sup> da província jesuíta de Goa, avisava o Pe. Geral Acquaviva contra a nomeação de Jerónimo Xavier como superior provincial, referindo entre outras razões a de ser mancebo e de ter pouca autoridade, “como por ser castelhano”<sup>2</sup>. Avisava o mesmo padre consultor, que ainda que o dito padre tivera todas as partes boas que se requerem, é tão odiosa a nação castelhana a todo o Português, especialmente neste tempo, que “o maior mal que a esta Província pode acontecer é sermos governados por castelhano. Nem convém que esta Província se governe, não digo eu por um castelhano, que é gente invisa (sic), mas nem por quaisquer outros estrangeiros”. Outro conselheiro, padre J. Ribeiro escrevia de Goa ao Padre Geral Acquaviva em 1º de Novembro de 1593 acerca do mesmo padre Jerónimo Xavier: “A sua virtude ninguém lha tira, mas é castelhano e favorece os castelhanos”<sup>3</sup>.

O padre Valignano foi nomeado visitador da Província de Goa, precisamente para pôr cobro às rivalidades nacionalistas. Escrevia ele de Macau ao Padre Geral em 15 de novembro de 1593:” Os Portugueses e os Castelhanos nunca se entenderam e tiveram muitas guerras entre si. Presentemente estão sob o mesmo rei, mas a desunião não cessou, só aumentou. Os Portugueses andam muito sentidos por não terem um rei seu. É natural que assim seja, mas não convém que na Índia seja nomeado um Provincial castelhano, porque isto será muito mal aceite pelos Portugueses que habitam estas regiões. O padre Jerónimo Xavier que é prepósito da Casa Professa ficará automaticamente representando o Provincial na sua ausência ou por substituição, caso o Provincial morrer, como ficou determinado pelo decreto 56 da IV Congregação Geral. Avisa o Padre Geral que muitos dos seus colegas na Índia estavam convencidos de que a candidatura do padre Jerónimo Xavier tinha sido por ele (visitador) proposta, o que não era verdade. Acrescenta que o Padre Geral nunca deveria tê-lo nomeado prepósito, porque apesar de ser prudente e virtuoso, havia outros melhor na Índia para o cargo, e indica dois nomes. Defende que este cargo deve ser sempre ocupado pelos Portugueses, embora em outras casas possam ser nomeados superiores castelhanos. Havendo candidatos portugueses devem ser preferidos, mesmo que sejam de “menores quilates”. O Japão poderá ser exceção por ter entre membros da vice-província Japoneses e muitos estrangeiros<sup>5</sup>. O padre Valignano recrutara muitos castelhanos e italianos para as missões jesuítas na Ásia, e foi responsável pela criação das vice-províncias de Malabar, China e Japão.

As desconfianças acerca do visitador Valignano entre os Jesuítas portugueses na Índia eram mais que muitas. Na 2ª Congregação da Província de Goa foi formulado um postulado ao Padre Geral para reduzir o tempo da visitaçāo do padre Valignano que durava já 20 anos. Francisco Monclaro apresentou algumas razões na carta que enviou ao Padre Geral em 26 de outubro de 1593. Muitos na Província entendiam que o visitador convencera o Padre Geral que na Província de Goa os Jesuítas portugueses eram “hombres de pouco juízo e poco gobierno, e la más abjeta gente y depreciada de toda la Compañia”. Escrevia o padre Monclaro que ouvira ao padre Valignano dizer que os Portugueses governavam de modo tirânico, enquanto tinha sido o padre Valignano que tinha imposto inúmeros regimentos de todos os tipos. Repete na base dos vinte anos de experiência como superior na Índia e procurador da província em Roma, que nenhum estrangeiro, e muito menos um Castelhana, deve ser nomeado reitor do Colégio de São Paulo, nem prepósito da Casa Professa, e muito menos Provincial. Refere ao caso do

padre Jerónimo Xavier, e revela que para se livrarem dele elegeram-no para liderar a 3ª missão para o Mogor<sup>6</sup>.

No seu longo texto o padre Monclaro não favorece a separação de Japão como Província, tal como o padre Valignano propusera, e cita uma ordem de D. Sebastião em que proibia qualquer Jesuíta castelhano ser nomeado para Japão ou Maluco, por receio de usurparem o comércio português em favor da Nova Hespânia ou Filipinas. Aponta como agora o vice-provincial de Japão, Pedro Gomez, era um castelhano, e como Valignano tinha corrido com o Pe. Francisco Cabral após ter sido superior no Japão mais de 13 anos. Enviara para Roma uma longa lista das alegadas incompetências do Pe. Cabral, todas elas atribuídas à sua lusitanidade que Valignano julgava incapaz de respeitar a língua e os costumes de Japão. A irritação do visitador estava associada à oposição do Pe. Cabral à admissão dos Japoneses na Companhia de Jesus como Valignano pretendia<sup>7</sup>. Todavia foi Valignano que teve de aguentar a má vontade do Pe. Cabral, quando em 1595, chegou a ordem da demissão do visitador da Índia, quando este estava de visita a Goa, e não sabia nada do caso. Em falta de mais esclarecimentos, Pe. Cabral tentou fazer as suas leituras das ordens do Padre Geral e humilhar o visitador tratando-o somente como vice-provincial de Japão, sujeito à sua jurisdição. Surgiu uma situação dramática e o equívoco foi resolvido por uma consulta convocada pelo Provincial. Ficou esclarecido que afinal o padre visitador continuava como visitador de Japão, e isento da jurisdição do provincial da Índia, ou seja, do mando de Pe. Cabral<sup>8</sup>.

O padre Valignano não estava sozinho na sua avaliação de Pe. Cabral. Alberto Laerzio, um italiano que acabava de servir como mestre de noviços mais de 12 anos, e queria partir para China ou Macau, sentia-se desmotivado pela governação de Pe. Cabral, que via as missões de China e Japão com maus olhos. Laerzio viria a ser o provincial da nova vice-província de Malabar criada em 1605.

Foi nesta província e com o apoio de Laerzio e de Valignano que Roberto De Nobili iniciou o seu método de adaptação cultural que não foi de agrado do jesuíta português, Pe. Gonçalo Fernandes Trancoso, que tinha trabalhado muitos anos em Madurai com pouco sucesso nas conversões<sup>9</sup>. Denunciou Roberto De Nobili que teve que justificar perante a inquisição de Goa a validade das suas posições. Ao contrário daquilo que muito recentemente defendeu Liam Brockey, não há dúvida que na Índia são os Jesuítas não-Portugueses, tal como os italianos, os franceses e um inglês, que excedem na sua contribuição intelectual. Em caso dos Ritos Malabares houve Portugueses que manifestaram o seu zelo missionário associando-se ao método de Nobili, mas como

*pandaraswamis*. Fazia parte deste o santo português João de Brito. Foram raros os Jesuítas portugueses entre os *brahmanaswamis*, de quem se requeriam competências em línguas e escrituras do hinduísmo.

Liam W. Brockey<sup>10</sup>, num ensaio sobre os Jesuítas portugueses na China no século XVII aponta como mal substantiada e como uma lenda negra a história de que os Jesuítas portugueses eram contra a visão “moderna” de flexibilidade cultural. Brockey pretende convencer o leitor que os Jesuítas funcionaram como um grupo coeso pelos princípios comuns, que lhes permitiram ultrapassar as tensões nacionalistas com o seu espírito de cosmopolitismo universal. Brockey atribui a persistência da lenda negra acerca dos missionários portugueses como devido à pouca utilização de fontes arquivísticas e aos preconceitos. Cita a obra de George Dunne<sup>11</sup> como um caso mais recente da lenda negra. Encontra também alguns traços da lenda negra na obra de Dauril Alden<sup>12</sup>. Também Irene Pih e David Mungello são citados como continuadores da mesma lenda negra que vê os missionários portugueses como meros conquistadores religiosos e sem grande contribuição intelectual<sup>13</sup>.

Liam W. Brockey procura desmontar a lenda negra na base de métodos administrativos centralizados da Companhia de Jesus, o que não deixava nenhum grupo nacional tomar decisões que afetassem as políticas da Companhia decididas em Roma. Admite todavia haver sentimentos nacionalistas e conflitos com os superiores locais. Por exemplo, os superiores em Macau, tanto Italianos como Portugueses manifestaram a sua desaprovação do comportamento adotado pelos Jesuítas chegados da França por mando do seu rei Louis XIV<sup>14</sup>. Liam W. Brockey sugere leitura institucional da Companhia como um grupo internacional e centralizado que procurou sempre aproveitar do patrocínio das diferentes autoridades políticas de quem dependia para assistência material, e recomenda também separação das atividades científicas restritas às elites das restantes atividades meramente religiosas. Parece ser uma proposta que abrange tudo, mas nenhum estudo científico pode ser produtivo procurando concentrar-se na realidade inteira. Além disso o autor acredita sem outro fundamento que não seja a eficácia do sistema administrativo, esquecendo o funcionamento essencial da espiritualidade, que transparece constantemente na correspondência interna da Companhia de Jesus, referindo a muitos abusos e comportamentos que não correspondiam à espiritualidade da Companhia. O que interessa são os avisos implícitos e claros deste esforço e chamadas de atenção, e as consequências para inovações protagonizadas por alguns Jesuítas nos métodos de missionação. Podia-se falar da contribuição dos Jesuítas

italianos como Johan Shreck e Antonio Rubino, para além do mais conhecido Matteo Ricci. Mas cinjo-me aos Jesuítas franceses e alemães, menos referidos, e que foram capazes de contribuir notavelmente para os interesses nacionais dos seus países e para a ciência moderna em geral.

Houve o Francês, Etienne de la Croix, que Pyrard de Laval encontrou em Goa no início do século XVII. A sua obra em Konkani inspirou Alexandre de Rhodes (1593-1660), outro Francês que ficou três anos em Goa antes de conseguir chegar ao seu destino, ou seja a missão de Vietnã. Convencido da importância de aprender as línguas dos naturais, deixou a sua contribuição à língua vietnameses, mas não sem ter sentido a oposição do Jesuítas portugueses em Macau, onde ficou retido durante dez anos por este motivo. A oposição do Padroado tornou-se violenta quando Rhodes sugeriu a criação de hierarquia eclesiástica própria no Vietnã, subordinada à Propaganda Fide. O próprio Geral da Companhia procurou minimizar o conflito nomeando-o superior da missão jesuíta em Isfahan, na Pérsia. Mas o sonho de Rhodes de ir a Vienã concretizou-se quando Propaganda Fide nomeou dois vigários apostólicos para Vietnã em 1659<sup>15</sup>.

Após o fracasso da missão em Tailândia, os Jesuítas franceses estabeleceram os seus postos missionários em Pondicherry, Mysore e Chandernagore. Os Jesuítas mais notáveis em Pondicherry, e vindos de Tailândia, eram Tachard, Manduit e Bouchet. Em Chandernagore estava o astrónomo e cartógrafo, o Jesuíta francês Père Claude Stanislas Boudler (1687-1757). Acompanhado de Père Pons, correspondeu ao pedido da raja Jai Singh, que mantinha um observatório astronómico em Jaipur, em 1734. Os padres tinham interesse em estabelecer uma missão em Jaipur. Durante a sua viagem fixou a longitude de 63 cidades indianas, incluindo Delhi e Agra. Corresponhia com outro astrónomo Jesuíta francês na China, Père Antoine Gaubil (1689-1759), que fixou as longitudes das principais cidades chinesas<sup>16</sup>. Os Jesuítas franceses na China e na Índia colaboravam com a Academie des Sciences e Academie des Inscriptions et Belles Artes de Paris nos domínios que pudessem servir para a navegação, comércio e projetos militares de França. Até 1770 houve entre os Jesuítas franceses na Índia uns dez que se dedicaram à astronomia. O padre Xavier Duchamp transferiu para os arquivos da Companhia em Vanves, Paris, centenas de manuscritos em sânscrito e tâmil, associados aos conhecimentos astronómicos da Índia. Através de um acordo assinado com o governador de Pondicherry pelos Jesuítas Le Gac e Lenoir, a Companhia francesa da Índia custeava a compra e transferência de manuscritos raros para a Biblioteca Real de França. Uma cópia era guardada na missão jesuíta de Pondicherry. Desta forma foram

transferidos para Paris entre 1729 e 1735, pelo menos 287 códices. Só em 1732 Père Pons enviou de Chandernagore para Paris 168 códices.

Quando os Jesuítas franceses deixaram a corte do raja Jai Singh por motivos de saúde, o raja apelou para a ajuda do vice-rei de Goa, D. Pedro Mascarenhas, conde de Sandomil, para obter dois Jesuítas alemães, Anton Gabelsberger e Andre Strobel, em 1740. O primeiro morreu no ano seguinte. Jai Singh morreu em 1743, e o padre Strobel foi juntar-se à missão de Agra, onde morreu em 1758<sup>17</sup>. Neste contexto não podemos deixar de referir o Jesuíta Joseph Tiefenthaller (1710-1785), que passou por Goa e foi reitor da missão de Agra. Após a extinção da Companhia foi trabalhar em Calcutá sob a jurisdição inglesa. Morreu em Lucknow, e foi enterrado em Agra. Foi o primeiro a desenhar mapas da Índia inteira com coordenadas precisas. Confiou uma parte da sua obra manuscrita ao orientalista-geógrafo francês A.H. Anquetil-Duperron (1731-1805) que a deu a conhecer ao mundo académico através da Academia francesa de Ciências. Outra parte foi para um investigador dinamarquês Dr. Kratzenstein.

Para concluir, quero citar o padre Jesuíta Marco Antonio Santucci, que numa carta datada de Baçaim em 10 de outubro de 1678, refere ao tratamento que o padre Fernão de Queiroz<sup>18</sup>, provincial da Companhia de Jesus, deu ao padre Paviziani, reitor do colégio de Rachol, excomungado pelo arcebispo Fr. António Brandão. Sujeitou o padre Paviziani ao “capelo”, uma repreensão pública perante toda a comunidade do colégio de São Paulo, ato que durou uma hora, e removeu-o do cargo de reitor do colégio de Rachol, substituindo-o pelo Jesuíta português, padre Manuel Vieira. Santucci diz que o padre Paviziani tinha cumprido as ordens escritas do padre provincial de não ceder ao arcebispo os livros de contas da igreja de Majordá, em Salcete de Goa, durante o célebre conflito de jurisdição. O padre Paviziani pediu absolvição da excomunhão, que lhe foi concedida, mas o padre Marco António acusa o provincial português na mesma carta de sentimentos vingativos, “la natural antipatia che chiaramente mostrou sempre questo padre Provincial per le sogetti d’altre nationi<sup>19</sup>.”

O padre F.X. Gomes Catão, um reconhecido historiador da igreja local de Goa, fez uma “oratio sapientiae” em latim no Seminário de Rachol da arquidiocese em 21 de Junho de 1952. Comemorava-se nesse ano a chegada do apóstolo S. Tomé à Índia e a chegada de S. Francisco Xavier à Goa. É uma oração de sapiência largamente documentada com os conhecimentos na altura atualizados da historiografia eclesiástica. O autor louva os feitos dos Portugueses em prol da disseminação da fé cristã no Oriente, sem deixar de comentar criticamente os prejuízos causados pela extinção da Companhia de Jesus pelo



marquês de Pombal e pela extinção de todas as congregações religiosas pelo ministro liberal J.A. Aguiar, em 1834<sup>21</sup>. Tal como Camões vai buscar ao Livro II da Eneida uma frase para concluir o seu discurso: “Fas est eis cum Aenea ubique dicere. Fuimus Troes, fuit Illium et ingens gloria Teucrorum”. Fica aqui como uma ilustração daquilo que o Padroado representou para o nacionalismo lusitano.

Curiosamente o padre F.X. Gomes Catão louva o arcebispo patriarca aí presente, mas não nos diz que era José da Costa Nunes, que na fase final do Padroado português na Índia foi um acérrimo defensor do nacionalismo português no contexto político conturbado para a presença colonial portuguesa na Índia, após a independência deste país em 1947. Fiz o meu balanço da ideologia e do comportamento cesaro-papista deste arcebispo-patriarca por ocasião do XI Seminário da história indo-portuguesa, em 2003<sup>22</sup>. Recomendo uma leitura atenta das suas *Cartas aos Sacerdotes da Arquidiocese de Goa*<sup>23</sup>, um verdadeiro manual da ideologia do Estado Novo. Proclama que a Religião e a Pátria são dois amores que devemos cultivar em nós e nos outros. Não admite pregar nacionalismo, mas afirma que no “território de Goa, que é português, estou no meu papel, inculcando sentimentos patrióticos, como soem fazer todos os Prelados do Mundo, quando há motivo para campanhas de ordem nacional”<sup>24</sup>.

Dizia ele na festa da sua auto-despedida, quando não conseguiu digerir a nomeação de um goês, arcebispo de Bombaim, para ser o primeiro cardinal da Índia independente, que “a terra onde estão Portugueses, portuguesa sempre será”<sup>25</sup>. Não se contentou em ser condecorado pelo regime de Salazar com a *Grã-Cruz da Ordem do Império*, o mais alto reconhecimento nacional criado pelo Estado Novo em 1932. Foi-lhe concedido um prémio de consolação em ser nomeado Vice-Camerlengo no Vaticano, um cargo que custou um favor que Salazar lhe pediu de arranjar uma maneira de exilar para Roma o Bispo do Porto que se opunha aos seus ditames nas eleições presidenciais de 1958.

Para concluir, quero apontar para um artigo que foi publicado na revista *Brotéria*, dirigida pelos Jesuítas em Portugal. O articulista era o padre jesuíta Agostinho Veloso, que responde nas sua “Réplica a uma diatribe” a dois artigos de Maurício Quéguiner, publicados na revista francesa *Études*, em que este autor defendia a posição de Nehru, que exigia uma saída pacífica de Portugal das suas colónias na Índia<sup>26</sup>. O jesuíta português sai em defesa da política de Salazar sobre o “caso de Goa”, e refuta as pretensões da União Indiana em anexar Goa, confiando ainda na aliança luso-britânica. Denuncia o nacionalismo de Nehru, e chega ao ponto de compará-lo ao nazismo de Hitler. Considera autêntico o nacionalismo português, e cita os artigos 4 e 5 da

NAUS – Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais | Volume 1 | Número 1



Constituição portuguesa, em que não há lugar para castas, nem privilégios<sup>27</sup>.

Bastarão estes exemplos para nos dar uma ideia da carga emocional nacionalista, que acompanhou a missionação portuguesa no Ultramar desde o início até ao fim do colonialismo. A igreja católica teve a feliz iniciativa de convocar o Concílio Vaticano II, poucos dias depois da ocupação de Goa pela União Indiana. Veio na hora certa para acompanhar o processo de descolonizações e libertar a Igreja nos países neo-independentes de suspeitas de ser uma quinta-coluna do colonialismo europeu.

## Notas de Rodapé

1 <http://orcid.org/0000-0002-9397-1433>

2 J. Wicki & John Gomes, eds, *Documenta Indica*, XVI, p.206.

3 *Ibid.*, 216

4 *Ibid.*, p.260

5 *Loc.cit.*

6 *Ibid.*, p.890

7 *Doc. Indica*, XVII, 1988, pp 259-264

8 *Ibid.*, pp 180-201

9 Wicki, J. ed. (1973). *Tratado do Pe. Gonçalo Fernandes Trancoso sobre o Hinduísmo (Maduré 1618)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

10 Brockey, L.W. (2000). “A Vinha do Senhor: The Portuguese Jesuits in China in the Seventeenth Century”, *Portuguese Studies*, Vol. 16. London: King’s College, pp. 125-147.

11 Dunne, G. (1962). *Generation of Giants: The Story of the Jesuits in the Last Decades of the Ming Dynasty*. Notre Dame: University of Notre Dame Press.

12 Alden, D. (1996). *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal. It’s Empire and Beyond, 1540-1750*. Stanford: Stanford University Press.

13 Pih, I., Le Père Gabriel de Magalhães. Un Jesuite Portugais en Chine au XVII<sup>e</sup> Siècle. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Mungello, D. (1985). *Curious Land: Jesuit Accommodation and the Origin of Sinology*. Stuttgart: Steiner.

14 Flores, Maria da Conceição. (1995), “The Portuguese Relations with Siam”, in *The Portuguese and the Pacific*, eds Francis A. Dutra e Camilo dos Santos. California: Santa Bárbara Centre for Portuguese Studies, p.72: Os Jesuítas francês fixaram-se em Ayuthia em 1662 e foram bem acolhidos pelo rei Narai, que lhes deu permissão para pregar o Cristianismo e estabelecer um seminário na capital siamesa. Anos mais tarde, em 1673, o rei Narai recebeu uma missão que trazia cartas do Papa Clemente e de Louis XIV da França. No ano seguinte foram estabelecidas relações diplomáticas entre França e Siam. Foi vista pelo padroado português como uma situação hostil. Uma embaixada portuguesa foi enviada de Macau pelo vice-rei D. Francisco de Távora em 1684 sob a chefia de um nobre macaense, Pedro Vaz de Siqueira. A embaixada teve pouco sucesso, e os Franceses obtiveram licença para introduzir tropas em Songkla. Após a morte do rei Narai em 1688 e a seguir à execução do seu cortesão grego Constantine Phaulkon, os Franceses foram expulsos, mas somente para serem substituídos pelos Holandeses, durante o reinado de Petracha (1688-1703).

15 Phan Peter C. (1998). *Mission and Catechesis: Alexandre de Rhodes & Inculturation in Seventeenth-Century Vietnam*. N.Y: Orbis Books, p. 67.

16 Raina, D. (1999), “The French Jesuit Scientists in India”. Mumbai: *Economic and Political Weekly* (Jan. 30), pp.30-38.

17 Gracias, J.B. Amâncio. (1938), “Uma embaixada científica portuguesa à corte dum rei indiano no século XVIII”, *O Oriente Português*, XIX, pp. 187-202.

18 Chegou à Índia na armada de 1635, e terminou os estudos na Índia. Foi reitor de Thana e Baçaim. Foi prepósito da Casa Professa durante 6 anos, e Provincial nos anos 1677-1680. Foi patriarca eleito de Etiópia e Primaz de Abissínia. Faleceu no colégio de São Paulo de Goa aos 12 de abril de 1688, com a

idade de 71 anos, e foi enterrado na Casa Professa de Bom Jesus.

19 Rocha, L. (1973). *As Confrarias de Goa*. Lisboa: C.E.H.U.; p. 173. Cita *Archivum Romanum Societatis Jesu* (ARSJ), Ms Goa 21, fls. 48-50.

20 Publicada pelo autor como *Gesta Dei per Lusitanos*. Marão, Goa: Tipografia Borcar, 1953, pp.20.

21 [https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim\\_Ant%C3%B3nio\\_de\\_Aguiar](https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Ant%C3%B3nio_de_Aguiar)

22 Souza, T.R. (2005). “The Socio-Cultural Perspective in ISIPH Seminars: Assessing 25 years of Performance”, in *Indo-Portuguese History: Global Trends*, eds. Fátima da Silva Gracias, Celsa Pinto & Charles Borges. Panjim, Goa: Maureen & Camvet Publishers, pp. 31-57; Cf. Souza, T.R., “D. José da Costa Nunes – A Patriarch who cared for more than souls: A case of caesaro-papism in Portuguese India, 1942-1953”, in *Mission un Macht: im Wandelpolitischen Orientierung*, eds. Ulrich van der Heyden / Holger Stoecher. München: Franz Steiner Verlag, pp. 243-256.

23 Costa Nunes, J. (1947). *Cartas aos Sacerdotes da Arquidiocese de Goa* (edição comemorativa do seu Jubileu Episcopal, 1946). Lisboa: Agência Geral das Colónias.

24 *Ibid.*, 142.

25 *Portugal em África*, X, nº 60, Nov-Dez, 1953, pp. 372-375.

26 Veloso, A. (1955). “Réplica a uma diatribe”, *Brotéria*, Vol LXI (out. 1955), pp. 261-586.

27 *Ibid.*, pp. 28-29.

## Referências bibliográficas

Alden, Dauril (1996). *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*. Stanford: Stanford University Press.

Dennis Francis Almeida & George Gheverghese Joseph. (2007). “Kerala Mathematics and its Possible Transmission to Europe”, *Philosophy of Mathematics Education Journal*, 20.

Dunne, George (1962). *Generation of Giants: The Story of the Jesuits in China in the Last Decades of the Ming Dynasty*. Notre Dame: University of Notre Dame Press.

Fernandes, W. (1982) “Jesuit contribution to social change in India (16<sup>th</sup> to 20<sup>th</sup> century) in *Jesuits in India: In Historical Perspective*, ed. Teotonio R. de Souza & Charles J. Borges. Macau: ICM, 1982, pp. 159-193.

Forbes, Eric G. (1982) “The European astronomical tradition: its transmission into India, and its reception by Sawai Jai Singh II”, *Indian Journal of History of Science*, 17 (2), pp. 234-243.

Ines Zupanov, Caterina Guezi, eds. (2008). *Divins remèdes; médecine et religion in Asie du Sud*. Collection Purushartha 27, Paris: CEIAS/EHESS.

Kochhar, R.K. (1994) “Secondary tools of Empire – Jesuit Men of Science in India”, in *Discoveries, Missionary Expansion and Asian Cultures*, ed. Teotonio R. de Souza. Delhi: Concept Publ Co., pp. 175-183.

Raina, Dhruv. (2010) “The French Jesuit Manuscripts on Indian Astronomy: The Narratology and Mystery Surrounding a Late Seventeenth-Early Eighteenth Century Project”, in *Looking at it from Asia: The processes that shaped the sources of History of Science*, ed. F. Bretelle-Establet, Boston Studies in the Philosophy of Science, 265.

Raju, C.K. (2007) *Cultural Foundations of Mathematics: The nature of Mathematical Proof and the Transmission of the Calculus from India to Europe in the 16<sup>th</sup> c. CE*. New Delhi, Centre for Studies in Civilizations.

Vicente, F.L. (2009). *Outros Orientalismos: A Índia entre Florença e Bombaim, 1860-1900*. Lisboa: ICS.